



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | N°. 33 | Jul./Dez. de 2025

Andrielle Antonia dos Santos de Jesus

Universidade Federal da Bahia / UFBA
andrielleantonio@gmail.com

PRETAGONISMO EPISTÊMICO: Escrevivências de mulheres negras como mecanismo de dessilenciamento e emancipação na (re)construção do saber e fazer científico.

RESUMO

Este artigo analisa o protagonismo epistêmico de mulheres negras na produção e reconstrução do saber e fazer científico nas ciências humanas e sociais. A partir de uma revisão de literatura ancorada em epistemologias feministas negras e metodologias afrodiaspóricas, o estudo discute de que modo tais narrativas operam como mecanismos de dessilenciamento, autorreferência e emancipação frente à colonialidade do saber. Os resultados evidenciam que a articulação entre escrevivência e dessilenciamento constitui uma epistemologia insurgente, capaz de romper com paradigmas coloniais e eurocentrados, propondo novas formas éticas e estéticas de produzir conhecimento e de narrar o mundo.

Palavras-chave: Pretagonismo; Escrevivência; Epistemologia negra.

BLACK WOMEN'S EPISTEMIC PROTAGONISM: Life-writing as a tool for breaking silence and liberation in scientific knowledge production.

ABSTRACT

This article analyzes the epistemic protagonism of black women in the production and reconstruction of scientific knowledge and practice in the Human and Social Sciences. Drawing on a literature review rooted in black feminist epistemologies and Afrodiasporic methodologies, this study examines how these narratives function as tools for breaking silence, self-reference, and liberation against the coloniality of knowledge. The results show that articulating life-writing with breaking silence constitutes an insurgent epistemology capable of disrupting colonial and Eurocentric paradigms, while proposing new ethical and aesthetic ways of producing knowledge and narrating the world. The results show that combining life-writing with the act of breaking silence challenges colonial and Eurocentric paradigms. This combination serves as a form of insurgent epistemology, introducing new ethical and aesthetic models for knowledge production and world narration.

Keywords: Black protagonism; Life-writing; Black epistemology.

Introdução

A emergência de intelectuais negras e negros no campo acadêmico brasileiro tem reconfigurado as Ciências Humanas e Sociais, tensionando suas bases coloniais e eurocentradas e evidenciando outras formas de saber que emergem da experiência, do território e da resistência. Mulheres negras, em especial, reivindicam um lugar na produção científica não somente como objeto de estudo, mas como autoras de epistemologias que questionam a neutralidade da ciência e reposicionam o conhecimento como prática situada, encarnada e politicamente comprometida com a transformação social. Neste artigo, propõe-se uma reflexão sobre o protagonismo epistêmico de mulheres negras na (re)construção do saber e fazer científico, a partir da escrita de si, ou escrevivência, como prática metodológica insurgente de dessilenciamento e emancipação.

Este artigo nasce dessa encruzilhada, onde pesquisa, vida e militância se entrelaçam. Como mulher negra baiana, oriunda da educação pública e socializada em territórios periféricos, escrevo a partir de um lugar de fala que reconhece o corpo como fonte legítima de saber, e a escrevivência como prática política e metodológica de resistência. A análise aqui desenvolvida é fruto de um percurso acadêmico que venho construindo ao longo dos últimos dez anos. Em 2018, defendi minha monografia intitulada “Quebrando o silêncio: a escrita de mulheres negras ciberativistas como mecanismo de resistência e dessilenciamento”, na qual realizo uma reflexão sobre os fatores socioculturais e raciais implicados no processo de silenciamento e apagamento da produção literária de escritoras negras na história, tida como oficial, do Brasil. Assim, buscando perceber por quais motivos textos escritos por mulheres negras foram condenados ao esquecimento histórico.

No mestrado, aprofundi essa discussão a partir da dissertação “Escrevivências de escritoras negras ciberativistas: mecanismo de dessilenciamento e emancipação epistemológica na contemporaneidade?”, em que faço uma análise da escrita como tecnologia de emancipação e método de produção de conhecimento. Este artigo, intitulado “Protagonismo epistêmico: escrevivências de mulheres negras como mecanismo de dessilenciamento e emancipação na (re)construção do saber e fazer científico”, portanto, dá

continuidade à essa trajetória, posicionando-se como uma pesquisa de revisão de literatura ancorada nas epistemologias feministas negras, no pensamento afrodiaspórico e na interseccionalidade como ferramenta de leitura do mundo.

Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura ancorada nas epistemologias feministas negras e nos fundamentos do pensamento afrodiaspórico, em diálogo com autoras como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Hill Collins. O objetivo é analisar como as escrevivências de mulheres negras operam como práticas epistêmicas insurgentes que rompem com o epistemicídio e reposicionam suas autoras no centro do debate acadêmico, tensionando os modelos tradicionais de produção de conhecimento. Como problemática, parte-se da seguinte indagação: de que maneira as escrevivências de mulheres negras operam como estratégias de reconfiguração epistemológica e de reinserção crítica no campo das Ciências Humanas e Sociais, rompendo com os silenciamentos históricos e propondo novas formas de produzir conhecimento?

Para desenvolver essa discussão, o texto está estruturado em dois eixos principais. No primeiro, Escrevivências afrofeministas como método insurgente de dessilenciamento, apresento o conceito de escrevivência conforme elaborado por Conceição Evaristo, articulando-o às epistemologias feministas negras, a fim de compreender a escrita como ferramenta metodológica e política. No segundo, Pretagonismo negro feminino na (re)construção do saber e fazer científico, analiso a atuação de mulheres negras como intelectuais e pesquisadoras que vêm ressignificando os espaços acadêmicos e afirmando novas formas de produzir e legitimar conhecimento, a partir de suas vivências e territórios. Este artigo, portanto, se insere no esforço coletivo de evidenciar a potência das trajetórias intelectuais negras no Brasil, contribuindo para o debate sobre a radical pluralização do campo científico e o fortalecimento de paradigmas mais justos, plurais e comprometidos com as lutas de raça, gênero, classe e território.

ESCREVIVÊNCIAS AFROFEMINISTAS COMO MÉTODO INSURGENTE DE DESSILENCIAMENTO

A escrita de mulheres negras é, antes de tudo, uma escrita de si e, portanto, profundamente subjetiva, política e existencial. Isso porque “o ato de

escrever é para nós uma atitude estratégica de insubmissão, postura crítica, política, de posicionalidade e é também decolonial” (Bispo, 2022, p. 34). Trata-se, portanto, de uma escrita comprometida com a verdade de quem escreve, com os seus lugares de fala, suas vivências e atravessamentos, suas histórias pessoais e coletivas.

Escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se escritora validada e legitimada e, “ao reinventar a si mesma, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (Kilomba, 2019, p. 29). Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender que as escrevivências de mulheres negras produzem subjetividades autorreferentes, em outras palavras, trata-se de elucidar à escrita produzida pelas afro-brasileiras a partir de um ponto de vista interno em que o centro de referência seja a sua história, as suas identidades, a sua memória (Alexandre, 2016, p. 32).

E as autorrepresentações são fundamentais para as mulheres negras, afinal, representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença (Pesavento, 2008, p. 40).

Assim, o que move essas mulheres não é apenas a vontade de falar, mas a necessidade urgente de deixar de silenciar-se frente à história da negação de sua humanidade. É por isso que escrevivências (Ribeiro et al., 2021) é um termo tão potente: porque significa uma escrita que nasce da carne, das experiências, das dores, das alegrias e da sabedoria ancestral. Conforme argumenta Patrícia Hill Collins (2016), o lugar social das mulheres negras impacta suas experiências epistêmicas, ou seja, influencia o modo como elas constroem conhecimento. A vivência da opressão interseccional, de raça, gênero, classe e outras, configura uma perspectiva única sobre o mundo. Essa experiência não é apenas fonte de dor, mas também de sabedoria, força e resistência. Nesse sentido, a escrita torna-se um ato político de produção de conhecimento situado, enraizado em corpos e histórias específicos.

Dessa forma, epistemologias feministas negras e metodologias afrofemininas desafiam a neutralidade epistêmica hegemônica e colocam no centro do debate a legitimidade da experiência vivida como fonte de

conhecimento. Como nos lembra Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-política que permite compreender a complexidade das opressões que afetam mulheres negras e, por isso, é um dos pilares das epistemologias negras. Mulheres negras que pesquisam a partir de seus corpos e vivências não fazem isso apenas por escolha, mas por coerência ética e epistêmica. O compromisso com a verdade não é apenas uma exigência acadêmica, mas uma demanda existencial. Sobre isso, Suely Messeder em seu texto “A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico” salienta que “a busca pelo sentido do corpo ou da ausência dele nas teorias incomodava-me sobremaneira, possivelmente por identificar, empiricamente, que, em minha cultura, o corpo é completamente inquirido e perscrutado” (Messeder, 2020, p. 163).

Destarte, como afirma bell hooks (1995), escrever é um ato de resistência, sobretudo para mulheres negras, cujas vozes foram historicamente silenciadas. Nesse contexto, a escrita não é um mero instrumento de comunicação, mas um meio de reexistência — ou seja, de existir apesar e contra as estruturas de opressão. Escrever é, portanto, resistir e reexistir. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma metodologia afrofeminista exige, antes de tudo, a ruptura com os paradigmas epistemológicos tradicionais, historicamente ancorados em perspectivas eurocêntricas, androcêntricas e coloniais. Esse deslocamento não ocorre apenas no campo da teoria, mas sobretudo no reconhecimento das experiências vividas como lugar legítimo e potente de produção de conhecimento. Todavia, é importante salientar que “as teorias, antes que verdades absolutas, são apenas diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento e referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico.” (Narvaz; Koller, 2006, p. 648).

Sabemos que, ao longo da história, as contribuições de intelectuais negras têm sido frequentemente silenciadas ou marginalizadas pelos discursos hegemônicos. No entanto, é fundamental reconhecer que esses sujeitos não apenas participaram, mas desempenharam papéis ativos e transformadores nos processos de elaboração teórica, nas disputas políticas e na construção de alternativas para sociedades mais justas. Como afirmam Silva e Queiroz (2022, p. 352), “intelectuais negras/os estiveram presentes em diferentes momentos de

produção e disputa das ideias, de implementação de projetos públicos de mudança social e de diferentes lutas emancipatórias em contextos nacionais e transnacionais”, evidenciando que suas ações transcendem fronteiras e impactam diversas esferas do pensamento e da prática social.

Nesse contexto, a construção de uma metodologia afrofeminista implica tensionar os paradigmas tradicionais de produção de conhecimento e reivindicar uma prática epistemológica que articule experiência, corpo, memória e transformação social. Trata-se de uma metodologia que parte da vivência situada das mulheres negras, reconhecendo suas existências como locus legítimo de produção de saber. Uma vez que “desafiar o esquecimento ou a pseudovalorização anedótica, desvendando processos de invisibilização violentos, em diferentes intensidades, constitui-se também num problema de fôlego para a prática de pesquisa” (Silva; Queiroz, 2022, p. 352). Pensar a metodologia a partir dos saberes das mulheres negras é, portanto, uma escolha ética, política e epistemológica que tensiona as fronteiras da ciência, colocando no centro as vozes, corpos e memórias historicamente marginalizados.

A produção de conhecimento, neste contexto, não se sustenta sobre a pretensa objetividade desvinculada dos sujeitos que pesquisam, mas sim sobre a ideia de que todo saber é situado. Segundo Haraway (1995, p. 18), “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados”. Ao defender essa perspectiva parcial, a autora desafia a ilusão da “visão de Deus” — isto é, o olhar desincorporado e transcendente que reivindica ver tudo sem ser visto, característico da tradição científica hegemônica. Haraway (1995, p. 21) afirma que “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva”, e que “a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular”. Isso significa que os saberes mais fortes não advêm de uma pretensa neutralidade, mas sim da consciência crítica sobre o lugar de fala, incorporando os marcadores sociais como raça, gênero, classe, sexualidade e território.

Ela reforça que “a alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (Haraway, 1995, p. 23). Destacando assim que experiências vividas e posicionadas não são obstáculos para a produção do conhecimento, mas sim sua maior potência. No contexto afrofeminista, esse princípio se desdobra na

valorização das narrativas de mulheres negras como fonte legítima de epistemologias e metodologias transformadoras. E “apesar de haver uma visão social estreita e uma resistência a mudanças no currículo e saberes, há um crescente número de áreas nas ciências humanas e sociais que estão desenvolvendo novas práticas docentes, baseadas em novas interpretações curriculares.” (Santos e Chaveiro, 2024, p. 158).

A ciência, historicamente consolidada como principal forma legítima de construção do conhecimento, carrega em sua trajetória marcas profundas de uma tradição ocidental que se apropriou do saber como monopólio epistêmico. Sobre isso, a socióloga argentina María Lugones (2014, p. 936), reitera que o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. Esse paradigma, sustentado por uma pretensa neutralidade, objetividade e universalidade, exclui sistematicamente sujeitos e saberes que fogem ao padrão eurocêntrico.

E levando em consideração que quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado universal de ciência é branco (Ribeiro, 2017, p. 24), nós nos tornamos visíveis através do olhar e do vocabulário do sujeito branco que nos descreve. Diante disso,

[...] não são as nossas palavras, nem as nossas vozes subjetivas impressas nas páginas da revista, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca e seus verdadeiros nacionais (Kilomba, 2020, p. 73).

Destarte, o discurso científico, revestido de autoridade, transformou-se não apenas em ferramenta investigativa, mas em instrumento político que silencia experiências encarnadas, afetivas e comunitárias. Como aponta Minayo, “na sociedade ocidental [...] a ciência é a forma hegemônica da construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade” (Minayo, 2002, p. 10). Essa hegemonia transforma a ciência em filtro seletivo da realidade, apagando intersecções fundamentais entre raça, classe, gênero e territorialidade.

É diante dessa estrutura epistemológica que emergem as epistemologias insurgentes, como gesto de enfrentamento e reconstrução. Elas questionam os

pilares da cientificidade tradicional e reivindicam saberes produzidos nas margens, por corpos e comunidades historicamente subalternizadas. No contexto das epistemologias feministas negras e das metodologias afrodiaspóricas, o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2011), ganha centralidade como prática política e epistêmica. A escrevivência não é apenas narrativa, mas estratégia de denúncia e reexistência, entrelaçando corpo, memória e ancestralidade. Como afirma a própria Evaristo, “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 15). Ao colocar o corpo negro feminino como locus legítimo de enunciação, esse método subverte os critérios tradicionais de cientificidade, convocando emoção, experiência e subjetividade como elementos válidos de produção de conhecimento.

A implicação subjetiva do pesquisador, muitas vezes vista como fraqueza no campo científico tradicional, torna-se, nesse cenário insurgente, uma potência investigativa. Kilomba (2020, p. 83) afirma que “não concorda com o ponto de vista tradicional que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa”, sugerindo que o envolvimento pessoal pode, em muitos casos, enriquecer a produção de conhecimento. Essa ideia é reforçada pela autora ao destacar que “ser uma pessoa ‘de dentro’ produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos” (Kilomba, 2020, p. 83), evidenciando como a vivência e a experiência subjetiva podem ampliar a compreensão dos fenômenos estudados. Isso revela uma ciência em que a pesquisadora não é apenas observadora externa, mas corpo implicado que sente, transforma e é transformado. As escrevivências, nesse sentido, recusam o ideal de neutralidade científica e colocam em cena afetos, memórias e ancestralidades como dispositivos epistêmicos legítimos. Como ressalta Neusa Santos Souza, “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (Souza, 2021, p. 25). A narrativa de si é, assim, exercício de autonomia, epistemologia encarnada e prática de emancipação.

No Brasil, essa forma de escrita é antiga e potente. Desde o século XVIII, mulheres negras escrevem sobre sua condição em cartas, romances, artigos, diários, contos, discursos e poemas. Acessar suas palavras permite não apenas conhecer outras versões da história, mas perceber os múltiplos significados de ser mulher negra neste território. Como afirma Santana, “acessar suas palavras

permite-nos conhecer perspectivas diversas de nossa história e diferentes interpretações sobre quem somos” (Santana, 2019, p. 2). Essas produções não são exceções (são vozes interrompidas pela estrutura colonial que privilegiou as escritas brancas e masculinas). Ao trazer essas vozes ao centro, escreve-se contra o apagamento, contra o epistemicídio e contra o mito da verdade única.

Nas palavras de Chimamanda Adichie,

[...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre um lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (Adichie, 2019, p. 33).

Esse paraíso é epistemológico, é o direito ao plural, à diferença, à reexistência. É importante lembrar que, conforme afirma Sueli Carneiro no livro “Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser” (2023), o conceito de epistemicídio expressa um dos mecanismos mais profundos e persistentes de dominação étnico-racial, pois implica negar a validade e a legitimidade dos saberes produzidos pelos grupos subalternizados, tornando invisíveis seus integrantes enquanto sujeitos produtores de conhecimento.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta. (Carneiro, 2023, p. 64-65).

Trata-se de um processo violento de exclusão epistemológica, no qual conhecimentos originários, africanos, indígenas e populares são deslegitimados pelas estruturas hegemônicas. Sob outra perspectiva, Renato Nogueira (2013) entende o epistemicídio como um homicídio do conhecimento, ou seja, uma forma radical de silenciamento que impede determinados povos de produzirem

e expressarem seus saberes, revelando um mecanismo de dominação que perpetua o monopólio cognitivo das culturas dominantes. Sueli Carneiro (2005) amplia esse entendimento ao afirmar que o epistemicídio é um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnico-racial. Para ela, trata-se da negação da legitimidade dos saberes produzidos pelos grupos subalternizados, especialmente os negros, e da exclusão desses sujeitos como produtores de conhecimento. Carneiro destaca que esse processo se manifesta na desvalorização das contribuições africanas e afro-diaspóricas, na imposição do embranquecimento cultural e na produção da evasão escolar, configurando uma violência simbólica que mutila a racionalidade do subjugado e compromete sua capacidade de aprender e existir como sujeito cognoscente.

O conhecimento científico, nesse movimento insurgente, não é descartado, mas ressignificado. Pedro Demo afirma que “definir conhecimento científico supõe o ponto de vista de quem define” (Demo, 2000, p. 13), mostrando que toda definição carrega posicionamento político e histórico. As escrevivências não rejeitam o rigor (elas o reposicionam), incluindo novas formas de análise. Como diz Demo, “o método mais característico de procedimento científico é a análise” (Demo, 2000, p. 15). Esse processo envolve não apenas o exame detalhado de um fenômeno, mas também a decomposição cuidadosa de suas partes constituintes. Não por acaso, o autor aponta que “na origem etimológica, analisar significa decompor um todo nas partes, desafiando uma a uma, em particular as tidas por mais importantes” (Demo, 2000, p. 15), evidenciando o rigor e a profundidade exigidos pelo método analítico na construção da ciência. Mas quando a análise é feita a partir de vivências encarnadas e afetos ancestralizados, ela recusa o distanciamento impessoal e se compromete com uma ética da transformação. Nas palavras do mesmo autor, “fazendo o caminho de volta, ao ajuntar as partes, obtemos de novo o todo, de maneira reversível” (Demo, 2000, p. 15). Esse todo, na lógica da escrevivência, não é apenas reversível, é refeito, ampliado, reencantado.

A metodologia, nesse contexto, deixa de ser um conjunto rígido de normas para se tornar caminho do pensamento, como afirma Minayo (2002, p. 16): “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Ao lado do rigor, ela abriga

também o “sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, 2002, p. 16), assumindo que toda investigação é atravessada por desejo, afeto, intuição e subjetividade. Essa perspectiva dialoga com Sandra Harding (1998), ao afirmar que o conhecimento é sempre situado, moldado pela experiência social e pelas posições histórico-culturais do pesquisador e pesquisadora, reconhecendo que não há neutralidade na produção científica. “Toda investigação se inicia por um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.” (Minayo, 2002, p. 18).

A ciência, como linguagem possível, é só uma entre tantas formas de expressar a busca por sentido, como sugere Minayo: “a poesia e a arte continuam a desvendar lógicas profundas e insuspeitas do inconsciente coletivo, do cotidiano e do destino [...]” (Minayo, 2002, p. 9). Isso porque “a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade” (Marconi e Lakatos, 2011, p. 16). “A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva” (Minayo, 2002, p. 10).

Nesse mesmo movimento, María Lugones (2020) aponta para a colonialidade do saber, convocando-nos a revalorizar epistemologias marginalizadas, especialmente aquelas produzidas por mulheres racializadas, cujas experiências encarnam uma resistência que é também metodológica. Assim, a metodologia assume contornos ético-afetivos, que respondem às complexidades da realidade com abertura, escuta e engajamento transformador.

Nessa perspectiva, as escrevivências insurgentes são também práticas analíticas, mas desafiam a decomposição fria das experiências. Elas não separam corpo de ideia, afeto de lógica, ancestralidade de argumento. Como observa Couto, “quando um corpo negro se movimenta, ele recoreografa toda sua existência no mundo” (Couto, 2019, p. 12). Escrever a partir desse corpo é também um gesto de recoreografar o pensamento, reposicionar o sujeito no campo do saber e dançar entre razão e emoção com liberdade e precisão. Nesse sentido, “o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições” (Minayo, 2002, p. 10). As escrevivências não ignoram esses conflitos — elas os tornam visíveis, tensionando limites, ampliando horizontes e refazendo caminhos.

Ao reivindicar uma ciência plural, engajada e encarnada, as epistemologias insurgentes convocam um compromisso ético com as práticas investigativas. Como provoca Demo, “somente é científico o que for discutível” (Demo, 2000, p. 26), afirmando que o conhecimento não deve se portar como porto seguro, mas como “turbilhão sempre em chamas” (Demo, 2000, p. 25). As escrevivências são esse turbilhão (são metodologias do sentir, do viver e do contar), que desestabilizam verdades estáticas e promovem rupturas necessárias. Seu valor não reside apenas no conteúdo que revelam, mas na postura que encarnam: a ciência como gesto de emancipação, reexistência e denúncia. O que se pergunta, então, não é apenas “qual método utilizar?”, mas “a quem serve esse saber?”. Esses questionamentos são a chave para uma ciência verdadeiramente transformadora.

Por fim, diante dos limites e das potências da produção científica contemporânea, é urgente fortalecer práticas investigativas que não apenas compreendam o mundo, mas que contribuam para sua transformação ética, política e epistemológica. A escrevivência, como metodologia insurgente, convida os sujeitos à autoria, à crítica e ao enfrentamento dos silêncios estruturais. Trata-se de um saber que não se pretende neutro, mas que se assume encarnado, afetado e posicionado. Uma ciência que reconhece a legitimidade dos saberes produzidos nas margens não apenas amplia seus horizontes, como também se liberta dos grilhões coloniais e institui outras formas de existir, pensar e sentir o mundo.

Essa proposta político-epistemológica se entrelaça com o conceito de dessilenciamento, configurando uma metodologia que não apenas denuncia as estruturas de opressão, mas ecoa vozes históricas silenciadas e reivindica autoria e presença. Sobre os conceitos de escrevivência e dessilenciamento, “é notório que o termo escrevivência passa a ter então uma importância histórica e dialoga intimamente com as dimensões do silêncio” (Côrtes, 2016, p. 53). Trata-se de uma escrita que emerge da ausência, da interdição e da resistência, expressa por mulheres negras que se posicionam como narradoras de si. A escrevivência representa a recusa em permanecer no lugar da passividade e da apatia; é gesto de protagonismo (pretagonismo), de se colocar em palavras, de inscrever-se na história. Como afirma Conceição Evaristo, “era um jogo que eu fazia entre a palavra ‘escrever’ e ‘viver’, ‘se ver’ e culmina com a palavra

‘escrevivência’. [...] é um caminho que borra essa imagem do passado [...] trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente” (Santana & Zapparoli, 2020, on-line). Essa autoria, antes negada às africanas escravizadas que contavam histórias para ninar os da casa-grande, hoje se afirma como território epistemológico legítimo — e não apenas no campo literário, mas também em outros domínios do conhecimento. A escrevivência, nesse sentido, é um caminho invertido, um exercício de autonomia e memória que confronta os discursos históricos de silenciamento.

O entrelace entre escrevivência e dessilenciamento revela-se como estratégia metodológica e política que rompe com a invisibilização das vozes negras femininas na produção de conhecimento. O dessilenciamento consiste em arrancar as mordidas que calaram — e ainda calam — mulheres negras geração após geração. Como define Jesus, dessilenciar significa romper o silêncio, ecoar no tempo e no espaço através dos gritos de descontentamento causados por proibições, violências de gênero, racismo e sexismo (Jesus, 2018, p. 9). O silêncio, nesse contexto, não é ausência de fala, é tecnologia de dominação, dispositivo de apagamento que transforma o outro em objeto a ser estudado, nunca em sujeito produtor de saber. Dessilenciar, portanto, é devolver a palavra às mulheres negras, é instaurar um novo tempo em que falar não seja transgressão, mas ato de legitimidade e resistência. Ao articular essas categorias, escrevivência e dessilenciamento, constrói-se uma epistemologia encarnada (saberes oriundos das periferias epistêmicas), que desafia os pressupostos coloniais da ciência e propõe um modo insurgente de investigar, viver e narrar o mundo.

Diante disso, o conhecimento científico ocupa papel fundamental na construção de sociedades mais justas, críticas e conscientes. Para além da mera acumulação de informações, espera-se que a ciência produza discursos sistemáticos, coerentes e socialmente relevantes. Pedro Demo (2000, p. 25) defende que “do ponto de vista dialético, o conhecimento científico encontra seu dispositivo maior na paixão pelo questionamento, alimentado pela dúvida metódica.” Com isso, o autor sinaliza que a força do conhecimento científico não reside em verdades absolutas, mas na constante reinterpretação da realidade. Nesse contexto, o saber científico assume postura investigativa, ética e comprometida com a transformação social. Conforme questiona a artista Bia

Ferreira na música “Deixa que eu conto (2022)”: “Quanto tempo faz que eles contam nossa história? Quanto tempo faz que constroem nossa memória?”. Ferreira questiona narrativas históricas hegemônicas, predominantemente brancas, e reivindica seu espaço na escrita da história.

PRETAGONISMO NEGRO FEMININO NA (RE)CONSTRUÇÃO DO SABER E FAZER CIENTÍFICO

A presença de mulheres negras no campo científico carrega a potência de ruptura com paradigmas coloniais e eurocentrados que estruturaram, por séculos, o que se reconheceu como produção legítima de conhecimento. Nas palavras de Sueli Carneiro,

[...] a produção intelectual da mulher negra adquire um duplo significado: representa a negação do lugar social de inferioridade imposto e a afirmação de um lugar de fala e de pensamento autônomo. (Carneiro, 2005, p. 224).

O ingresso dessas mulheres não se dá apenas como ocupação de espaços antes negados, mas como insurgência epistêmica, comprometida com formas outras de ver, sentir e pensar o mundo. Ao inscreverem suas escrevivências nas práticas de pesquisa, essas mulheres subvertem a lógica da neutralidade científica, afirmando a centralidade do corpo, da ancestralidade e da experiência como eixos fundantes do saber.

Parafraseando Djaimilia Pereira de Almeida (escritora portuguesa nascida em Angola), em seu livro “O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo: Ensaios”: o meu maior privilégio imerecido é o de ter nascido na contemporaneidade, no tempo presente, nesse período atual em que vivemos, caracterizado pela simultaneidade de eventos, ideias e transformações sociais. Imerecidamente nasci num tempo e numa sociedade onde as informações circulam rapidamente e as mudanças ocorrem de forma vertiginosa, na qual, a interconexão entre pessoas e culturas ao redor do mundo é uma característica central, facilitada pela tecnologia e comunicação instantânea, assim como, a convivência e o entrelaçamento de diferentes culturas, ideias e perspectivas são mais evidentes do que nunca. E não posso deixar de citar o impacto da tecnologia e como ela transforma continuamente a forma como nos relacionamos, trabalhamos e consumimos cultura.

Como salienta Djaimilia Pereira de Almeida, o meu maior privilégio imerecido não é ter tido uma educação, ter sido amada e protegida pela minha família: “O meu maior privilégio é este tempo, o meu tempo” (Almeida, 2023, p. 10). Talvez, se eu tivesse nascido em outro tempo, o meu destino seria, com sorte, a cozinha, a vassoura ou a roça. Portanto, o meu maior privilégio imerecido é o de não ter precisado trabalhar como empregada doméstica, é não ter perpetuado os preconceitos e estereótipos destinados às mulheres (famílias) pretas. O meu maior privilégio imerecido é ter nascido capaz de dizer, ser e sentir as palavras. Afinal, “nunca antes na história uma mulher como sou podia aspirar a um destino semelhante ao que eu vivo” (Almeida, 2023, p. 10). Pois, como bem disse Conceição Evaristo (2017, on-line): “O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais”. “Queria alguém saber do que pensava, ou imaginava, do que via ou sentia uma preta? Queria alguém saber de uma preta com queda para as palavras?” (Almeida, 2023, p. 10).

À vista disso, as narrativas históricas influenciam nossa visão do mundo hoje, assim como influenciaram no passado e cada palavra custa-me tudo, cada sílaba dita diz muito para mim e para quem me ouve, porque escrever é uma maneira de curar e sangrar e curar novamente. E se eu houvesse nascido no século XIX, em 1837, no auge da Lei n.º 1/1837 e do Decreto n.º 15/1839, ambos do Estado do Rio de Janeiro, que proibiam os escravizados(as) e os pretos(as) africanos(as), ainda que fossem livres ou libertos(as), de frequentar as escolas públicas (Art. 3º)? Lembrando que essa proibição foi reproduzida pelo resto do País e se manteve até meados de 1930. Quais palavras eu poderia dizer, ler ou escrever nesse período histórico?

A História tida como oficial sempre foi escrita pelas classes dominantes, pois a cultura escrita, desde sua invenção, é símbolo de distinção e de poder. A cultura escrita implica valores, conhecimentos e modos de comportamentos. E a hierarquização social ainda utiliza da leitura e da escrita, através da divisão social entre não alfabetizadas e alfabetizados, como mecanismo de poder. Sobre o conceito da História (com H maiúsculo, tida como oficial), Walter Benjamin (1994, p. 223) questiona: “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”.

Nesse sentido, quem pode ou não pode escrever? E o que pode ou não pode ser escrito? “A historiografia nacional brasileira, no momento da crise dos paradigmas chegar ao país, no final dos anos 1980, era até então dominada por uma postura marxista de entendimento da história” (Pesavento, 2008, p. 10). Esse período foi marcado por uma série de mudanças e desafios que abalaram as bases epistemológicas e metodológicas das disciplinas acadêmicas. Houve uma crescente insatisfação com os modelos teóricos tradicionais, como o positivismo e o estruturalismo, que eram considerados insuficientes para explicar a complexidade das realidades sociais brasileiras. A dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses (Pesavento, 2008, p. 9). A crise levou à busca por abordagens mais integradas e interdisciplinares, rompendo com as fronteiras rígidas entre diferentes áreas do conhecimento. “Em 1978, o Movimento Negro Unificado é fundado, resultado do processo em curso e dos vários projetos tanto no campo da política como no da literatura (Miranda, 2023, p. 13).

A crise dos paradigmas também trouxe à tona a necessidade de uma reflexão ética mais profunda nas ciências sociais, questionando os valores e pressupostos subjacentes às práticas de pesquisa, desencadeando num movimento para incluir perspectivas e vozes marginalizadas, como as de mulheres, negros e indígenas, na produção de conhecimento, enriquecendo e diversificando o campo acadêmico, visto que

[...] a hegemonia de determinados grupos, familiarizados com os dispositivos de acesso e legitimação do que deve ser consumido pela sociedade, concorreu para segregar parte significativa da produção cultural autodenominada negra e periférica” (Miranda, 2023, p. 09).

Nesse sentido, se eu fosse uma mulher negra da geração de minha avó ou da geração da minha mãe o meu destino seria outro e aqui, nesse exato momento, eu não estaria preenchendo essas páginas em branco com as minhas (escre)vivências de menina-mulher preta.

Cabe aqui salientar que em fins do século XIX e início do século XX, o Brasil vivenciou uma série de transformações em diversos níveis das relações sociais, resultantes da nova dinâmica econômica do cenário mundial, produzida pela Segunda Revolução Industrial (Sevcenko, 1998). É nesse contexto, com o advento da ordem republicana, que o tema da modernidade passa a ser o

principal projeto político e ideológico das “novas elites” brasileiras. Essa “nova elite” brasileira, — composta por intelectuais, artistas, políticos e militares —, recusavam o regionalismo, pois acreditavam que era através do nacionalismo que se chegaria ao universal. Isto fica evidente numa carta que Mário de Andrade escreveu em 1924 ao poeta Carlos Drummond de Andrade: “Nós só seremos civilizados em relação às civilizações no dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais” (Oliven, 2001, p. 5).

Todavia, a busca por uma nacionalidade e uma expressiva brasilidade¹ não se preocupou em assegurar a subjetividade e multiplicidade artística (evidenciando a participação das mulheres, da população negra, das comunidades indígenas), com isso, o pensamento hegemônico nos levou a acreditar que existia um modelo ideal (fixo e inalterável), destinado a produção artística e literária. Porém, segundo Evelina Hoisel (2019, p. 10), “A modernidade artística é compreendida a partir de uma autoconsciência no que se refere à sua condição de arte. O traço particularmente moderno é a consciência dos limites e das possibilidades da linguagem”.

Nesse sentido, é inegável que, na área das ciências humanas e sociais, os paradigmas eurocentrados moldaram a academia por lentes estreitas, que ignoram e deslegitimam as práticas e teorias elaboradas a partir da vivência, da oralidade e da ancestralidade. A historiadora Andrielle Antonia denuncia esse modelo idealizado ao afirmar que “o pensamento hegemônico nos fez acreditar que existe um modelo ideal, ‘culto’, do que é ser pensador, pesquisador, intelectual, enfim, produtor de conhecimento” (Jesus, 2018, p. 16). Ao consolidar o saber sistematizado como único padrão válido, esse paradigma institui uma seletividade epistêmica que rejeita corporeidades, afetos e experiências como meios legítimos de produção intelectual.

¹ A *brasilidade* pode ser compreendida como uma construção histórica e simbólica da identidade nacional, resultante da convivência e negociação entre diferentes matrizes étnicas, culturais e sociais, constantemente reinterpretada pela literatura, pelas artes e pelos discursos políticos. Para melhor compreensão, sugere-se a leitura dos seguintes textos: ABRAMCHUK, Mônica. **A compreensão do conceito de brasilidade como um movimento na literatura brasileira**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020; LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Esse protagonismo não se restringe à resistência individual. Ele é, sobretudo, um gesto coletivo de (re)construção de epistemologias que valorizam os saberes diaspóricos, comunitários e afetivos. O fazer científico das mulheres negras opera uma reconfiguração ética e estética do conhecimento, onde a vivência não é apenas fonte de dados, mas metodologia e teoria. Patrícia Hill Collins (2019, p. 37) sustenta que “a epistemologia feminista negra desafia os critérios tradicionais de validação do conhecimento ao reivindicar a legitimidade do saber produzido por meio da experiência vivida”. A cientificidade, nesse contexto, não se dissocia do compromisso político com a vida das mulheres negras e com os territórios que habitam e defendem.

Dessa forma, o protagonismo epistêmico das mulheres negras instaura um campo fértil de crítica e criação, no qual se reposiciona a própria ideia de ciência. Não se trata apenas de incluir outras vozes, mas de refundar os modos de produção do saber a partir de uma perspectiva que reconhece os atravessamentos de raça, gênero, classe e território. Lélia Gonzalez (1988) já alertava que, sem considerar a experiência histórica das mulheres negras na América Latina, qualquer análise social estaria irremediavelmente comprometida. O que está em jogo, portanto, é uma reordenação das hierarquias do saber, onde a oralidade, o corpo e a memória passam a ser reconhecidos como tecnologias legítimas de construção científica.

A pretensa neutralidade da ciência, na prática, opera como instrumento de silenciamento e exclusão. Saber, neste modelo, é dissociado do corpo, da dor e da memória (valores caros àqueles que enfrentaram sistemas de opressão). Assim, as intersecções entre raça, classe e gênero são apagadas do discurso científico, reforçando desigualdades e sustentando a lógica de que há sujeitos aptos para produzir conhecimento e outros destinados apenas a serem objetos de estudo. Como pontuo na minha monografia, “essa estrutura nega os signos que atravessam grupos historicamente colonizados, reforçando o estereótipo da não intelectualidade e perpetuando um epistemicídio institucionalizado” (Jesus, 2018, p. 16).

Esse apagamento não se dá apenas em termos teóricos, ele atravessa os corpos. Corpos negros, femininos, periféricos são interditados na autoria, na fala e no direito de produzir saber. A academia transforma-se, nesse contexto, num espaço de dominação simbólica, onde apenas sujeitos que reproduzem os

padrões eurocêtricos são legitimados. Gomes (2019, p. 19) ressalta que “ter a capacidade de ampliar sua fala, de colocar a palavra em movimento e fazer com que ela possa alcançar corações e mentes [...] foi, por muito tempo, negado de forma veemente às mulheres negras brasileiras”, denunciando um pacto social que impede a palavra de fluir a partir de experiências historicamente silenciadas.

A crítica à hegemonia do pensamento científico é construída por vozes insurgentes que se recusam a aceitar esse epistemicídio. Grada Kilomba (2020, p. 23) sintetiza: “Contar a própria história é um ato de descolonização”. Essa postura está no cerne das escrevivências afrofeministas, que não apenas narram experiências individuais, como também tensionam estruturas e rompem paradigmas. Isso porque “escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo” (Evaristo, 2007, p. 20-21). Trata-se de uma metodologia de corpo inteiro, em que memória, palavra e ancestralidade convergem como potência criadora. “E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação [...]” (Evaristo, 2007, p. 20-21).

Nesse cenário, as escrevivências afrofeministas se configuram como estratégia epistemológica e política de dessilenciamento. São textos que não apenas denunciam, mas criam frestas (espaços de subjetivação, reencontro e reexistência). Ao narrar experiências próprias, mulheres negras tornam-se autoras daquilo que antes lhes era negado: a construção de si mesmas como fonte de saber. São epistemologias contra-hegemônicas, que enfrentam o paradigma racionalista e erguem novas formas de pensar, sentir e investigar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo que o protagonismo epistêmico das mulheres negras não se restringe a uma presença simbólica, mas se afirma como um gesto radical de reescrita do mundo. As escrevivências são mais que narrativas, são estratégias de dessilenciamento que desconstroem o epistemicídio e afirmam o direito à palavra, à memória e à produção do saber. Ao se inscreverem como autoras da

própria história, as mulheres negras instauram uma ciência viva, plural e engajada, comprometida com a transformação ética e social dos territórios que habitam. Como lembra Davis (2018, p. 47), “eu acredito que os movimentos precisam de tempo para se desenvolver e amadurecer. Eles não acontecem espontaneamente. Surgem como resultado da organização e do trabalho pesado que, na maioria das vezes, acontecem nos bastidores.” Assim, a construção de epistemologias insurgentes não é fruto do acaso, mas de um esforço coletivo e histórico, — silencioso às vezes, mas profundamente revolucionário —, de disputar o campo do saber com ação, organização e autoria.

Nesse cenário, o papel das mulheres negras emerge como potência desestabilizadora dos sistemas de dominação. Como afirma Figueiredo (2018, p. 9), ao citar Angela Davis, “quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade.” Estando na base da pirâmide social, seu deslocamento provoca fissuras nas rígidas e consolidadas relações desiguais de poder. Essa movimentação é epistemológica, política e ontológica: rompe com paradigmas coloniais, inscreve experiências insurgentes e inaugura novos horizontes teóricos. E como aponta a própria Davis (2018, p. 41), “não é algo que ocorre por si mesmo. Não é algo que ocorre automaticamente. É preciso interferir. É preciso fazer intervenções conscientes.” Portanto, a virada epistêmica não é espontânea, ela exige organização, ação e intencionalidade, como sugere Davis (2018, p. 36): “Como incentivar um pensamento diferente? Essa é uma questão de organização.”

A produção acadêmica recente sobre relações raciais no Brasil não apenas revela um crescimento quantitativo expressivo, mas também aponta para uma diversificação temática que reflete o protagonismo epistêmico de sujeitos historicamente silenciados. Essa virada teórico-metodológica, ancorada em saberes situados e politicamente engajados, desafia as estruturas hegemônicas de produção do conhecimento. Como destacam Barreto et al. (2021, p. 25), “o crescimento maior do que a média e a grande diversificação temática, com temas emergentes — tais como gênero e sexualidade e ações afirmativas — ganhando destaque, são as principais novidades na produção recente [...] no campo de estudos das relações raciais.” Ademais, “há que se notar a relevância da temática racial em áreas das ciências sociais que tradicionalmente não abordam esse tema, como é o caso da ciência política” (Barreto et al., 2021, p. 22), o que

evidencia que a disputa por legitimidade e reconhecimento se expande para múltiplos territórios do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALEXANDRE, Marcos Antônio. **Vozes diaspóricas e suas reverberações na literatura afro-brasileira**. In: DUARTE, Lima Constância *et al.* (Org). *Escrivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016. 316 p.

ALMEIDA, Djaimilia Pereira. **O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo – Ensaios**. São Paulo: Todavia, 2023.

BARRETO, Paula Cristina da Silva; RIOS, Flávia; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SANTOS, Dyane Brito Reis. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, p. 1–35, 2021.
Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/191/184>.
Acesso em: 31 jul. 2025.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BISPO, Silvana Santos. A militância é minha existência: escrita, (re)existências e trajetórias de mulheres negras na construção de um projeto político de sociedade. In: NASCIMENTO, Beatriz. **Narrativas Transatlânticas de**

Mulheres Negras. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 1ª ed. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em Geledés – Instituto da Mulher Negra. 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432 p.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Vanessa Rosa. São Paulo: Boitempo, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORTÊS, Cristiane. **Diálogos sobre escrevivência e silêncio.** In: DUARTE, Lima Constância et al. (Org). *Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.* Belo Horizonte: Editora Idea, 2016.

COUTO, Flip. **Quando um corpo negro se movimenta, ele recoreografa toda sua existência no mundo.** Sesc São Paulo, 01 nov. 2019. Disponível em: [Sesc São Paulo – entrevista com Flip Couto](#). Acesso em: 28 jul. 2025.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** Organização: Frank Barat. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEMO, Pedro. **Definindo conhecimento científico.** In: Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000. p. 15-43.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos.** In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrevivência: a escrita de*

nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. São Paulo: Itaú Social; MINA Comunicação e Arte, 2020. p. 15.

EVARISTO, Conceição. **O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais**. *CartaCapital*, 13 maio 2017. Disponível em: [CartaCapital – entrevista com Conceição Evaristo](#). Acesso em: 28 jul. 2025.

FERREIRA, Bia. **Deixa que eu conto** [música]. Produção: DJ Duh. algo.hits, 2022. Disponível em: [YouTube – Bia Ferreira](#). Acesso em: 28 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Angela. Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização: Frank Barat. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 9-12.

GOMES, Christiane. Apresentação. In: SANTANA, Bianca. [Orgs.]. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. - Belo horizonte: mazza edições, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). *Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 71-80.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOISEL, Evelina. **Teoria, crítica e criação literária**: O escritor e seus múltiplos. 1a.. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 1. 208p.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464–472, 1995.

JESUS, Andrielle Antonia dos Santos de. **Quebrando o silêncio**: A escrita de mulheres negras ciberativistas como mecanismo de resistência e dessilenciamento. 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus - BA, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 6ª. ed. 2011.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Estudos Feministas, .935-952, set-dez, 2014.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MESSEDER, Suely Aldir. **A pesquisadora encarnada**: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-101.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIRANDA, Danilo Santos de. No limiar de um turbilhão. In: **A descoberta do insólito: Literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2020)** / Mário Augusto Medeiros da Silva. 2º ed. revista e ampliada. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero**: Articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, v. 11, p. 647-654, 2006.

NOGUEIRA, Renato. **O conceito de drible e o drible do conceito**: analogias entre a história do negro no futebol e do epistemicídio na filosofia”. Revista Z Cultural, v. VIII, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e Modernidade no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, p. 3-12, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Simone dos Santos; GIRALDI, Patrícia Montanari; CASSIANI, Suzani. **Escrevivência**: inspiração teórica e metodológica como caminho para uma educação em ciências interseccional. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC EM REDES. 27 de setembro a 01 de outubro 2021.

SANTANA, Bianca. [Orgs.]. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. - Belo horizonte: mazza edições, 2019.

SANTANA, Tayrine; ZAPPAROLI, Alecsandra. CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Itaú Social: Rede Galápagos, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em 03 nov. 2022.

SANTOS, Carine Campos; CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. **Escrevivências como práticas comunicativas contemporâneas: a escrita de si como construção de subjetividades de mulheres negras**. Humanidades & Inovação, v. 11, n. 3, 2024.

SEVCENCKO, Nicolau. "O Prelúdio Republicano, astúcias da Ordem e ilusões do Progresso". In: NOVAIS, F. A. **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 07-48.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da; QUEIROZ, Vitor. **Experiências intelectuais negras: Brasil e diásporas**. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 351-357, set./dez. 2022. Disponível em: [Revista Estudos Históricos – FGV](#). Acesso em: 27 jul. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

Andrielle Antonia dos Santos de Jesus

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Especialista em Letras: Português e Literatura pelo Centro Universitário FAVENI. Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afrobrasileiros - AFROUNEB/UNEB. Faz parte do Grupo de Estudos: Estudos Africanos e da Diáspora Africana nas Américas. Faz parte do Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra da Bahia A Cor Da Bahia. Cofundadora do Coletivo de Mulheres Negras Luíza Bairros. Têm experiência na área de História, com ênfase em Gênero e História, atuando principalmente nas temáticas relacionadas aos feminismos negros e as contribuições das mulheres negras intelectuais/escritoras ciberativistas para o processo de dessilenciamento e

PRETAGONISMO EPISTÊMICO: Escrivências de mulheres negras como mecanismo de dessilenciamento e emancipação na (re)construção do saber e fazer científico.

enfrentamento ao racismo e as opressões
de gênero e sexualidade.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3299102983704449>
